



## Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

### Ata

Reunião de 22 de outubro de 2019

Ao vigésimo segundo dia do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas onze horas, reuniu o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, nas instalações do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), sito na Rua Álvaro Coutinho 14, 1150-025 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Tomada de Posse de novos membros do CONCIG.-----
- 2 – Aprovação da ata da reunião anterior.-----
- 3 – Informação sobre a execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designada ENICC.-----
- 4 – Apresentação do Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas.-----
- 5 – Outros assuntos.-----

Presidiu à reunião o Senhor Alto-comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado, adiante designado Alto-comissário, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIG. A coadjuvar o Alto-comissário esteve a Diretora do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade do ACM, I.P. Dra. Luísa Ferreira Malhó, adiante designada Luísa Malhó. A secretariar o Alto-comissário esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, Berill Baranyai, Inês Carapinha, Teresa Vieira, Francisco Azul e Liliana Moreira.- Estiveram presentes os/as conselheiros/as do CONCIG constantes da lista de presenças em anexo (Anexo I). -----

O Sr. Alto-comissário deu início à reunião à hora prevista (onze horas) quando contabilizou a presença de dezoito conselheiros/as (metade do número total de conselheiros/as).-----

Antes de se iniciar o primeiro ponto, o Sr. Alto-comissário informou a todos/as que a reunião seria gravada para facilitação da elaboração da ata.-----

De seguida, lembrou que a ordem de trabalhos foi partilhada com todos os conselheiros/as no dia quatro de outubro, assim como já tinha sido remetida proposta de ata da décima quarta reunião do CONCIG.-----

Posto isto, o Sr. Alto-comissário questionou se todos concordavam com a ordem de trabalhos proposta e não havendo objeções, iniciou-se o ponto 1 da mesma. -----

Ainda nas notas de enquadramento o Sr. Alto-comissário informou a todos/as que no período da tarde, nas instalações do Alto Comissariado para as Migrações, iria ser lançada uma nova linha de intervenção com comunidades ciganas, que tem como objetivo a inclusão através da música. Disse ainda, que no evento iriam estar a Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e a



Igualdade, Dra. Rosa Monteiro, bem como o artista cigano Diego El Gavi e o projeto Música Portuguesa a Gostar Dela Própria.-----

Posteriormente deu-se a tomada de posse dos membros do CONCIG que ainda não o tinham feito na reunião anterior.-----

Tomaram posse os/a conselheiros/a Luís Macedo e Sousa, Cristina Duarte e Paulo Teves.-----

Iniciou-se assim o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovação da ata da reunião anterior, tendo o Sr. Alto-comissário lembrado que a ata foi enviada por correio eletrónico nos dez dias seguintes à última reunião, tal como prevê o regulamento, não tendo sido enviados contributos por parte dos conselheiros após a revisão da mesma.-----

Não havendo comentários à ata da 14ª reunião do CONCIG, a ata foi dada como aprovada por unanimidade.-----

Seguiu-se o terceiro ponto da ordem de trabalhos, informação sobre a execução da ENICC.-----

O Sr. Alto-comissário sublinhou que a garantia e a salvaguarda da execução da ENICC é um dos pontos principais destas reuniões, agradecendo aos conselheiros o reporte dado desde a última reunião do CONCIG.-----

Tomou a palavra a coordenadora do NACI, Marisa Horta, de forma a fazer um ponto de situação da execução da ENICC (apresentação em anexo). Iniciou o seu discurso lembrando que a estratégia tem cento e quarenta e sete indicadores, sendo que cento e seis têm metas para serem atingidas ainda em dois mil e dezanove. Relativamente aos dados reportados, referentes ao segundo trimestre de dois mil e dezanove, registaram-se alguns avanços, sendo que vinte e seis indicadores já foram executados, quarenta e oito indicadores já se encontram em fase de execução e trinta e dois indicadores não foram ainda iniciados ou reportados. Pediu ainda que, atendendo a que existem organismos que têm vários indicadores, quando efetuarem o reporte da informação e por algum motivo não contenham informações acerca de um indicador específico, que coloquem uma nota sobre isso, ou seja, que digam que ainda estão a recolher informação ou que ainda está em preparação, para que fique claro ao secretariado executivo, qual o motivo de um ou outro indicador não ter sido reportado (ainda que haja um acompanhamento telefónico por parte deste, sempre que existe algum reporte que suscite dúvidas).-----

Referiu ainda que, ao contrário do que aconteceu na reunião anterior do CONCIG, em que seis entidades não tinham reportado qualquer informação acerca da execução da ENICC, neste trimestre foram apenas duas entidades que não fizeram o reporte: a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP) e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).-----

Apresentou ainda um gráfico que revelava a evolução da execução da ENICC do primeiro para o segundo trimestre, percebendo-se que no primeiro trimestre obteve-se uma execução de 43,3% e no segundo trimestre de 69,7%, estando contabilizadas nestes valores as metas concretizadas e as metas em execução.-----



Foi referido que foram realizadas reuniões sectoriais com algumas entidades, ficando patente a disponibilidade para novas reuniões com as diferentes entidades.-----  
Relativamente ao reporte do terceiro trimestre, foi pedido que a informação fosse enviada até dia quatro de novembro.-----  
Por último, foi realçada a colaboração do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), que em termos de concretização de medidas e de reporte das mesmas, tem tido um papel muito ativo.-----  
Tomou a palavra o Sr. Alto-comissário, mencionando que existe uma necessidade de afinação na metodologia de recolha de informação, revelando-se preocupado por existirem entidades que não tenham reportado qualquer informação, ainda que a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais tenha justificado essa falta de reporte com a mudança de representante e no caso da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., o facto de só terem tomado posse nesta reunião interfere também no reporte. Posteriormente, o Sr. Alto-comissário disponibilizou todo o apoio, por parte do Alto-comissariado a todas as entidades presentes, para que a execução da ENICC obtenha valores positivos até ao final do ano.-----  
Deu-se assim oportunidade aos conselheiros de fazerem um ponto de situação da execução das suas medidas e indicadores.-----  
Pedi para intervir a conselheira Cristina Duarte, representante da ANQEP, afirmando que apesar de não terem reportado, esta entidade tem desenvolvido algum trabalho no âmbito da execução da ENICC. Pedi ainda para passar a palavra à Sra. Vogal do conselho diretivo da ANQEP, Alexandra Figueiredo, que afirmou que esta entidade pretende cumprir o seu papel, contribuindo ativamente para a execução das medidas, indicando que necessitam a disponibilidade dos parceiros para um impulso ativo na concretização das mesmas, nomeadamente na medida do referencial para o mediador intercultural. Ainda que no início de dois mil e dezoito, tenha sido constituído um grupo de trabalho para a execução desta medida, a ausência de resposta aos contributos que têm solicitado, tem dificultado a sua execução. Pedi assim ao ACM,I.P. que garantissem algum tipo de ajuda na execução desta medida.-----  
Por último, Alexandra Figueiredo pediu esclarecimentos acerca de como pode recolher informações acerca da origem étnica e racial dos indivíduos.-----  
O Sr. Alto-comissário retomou a palavra, sugerindo a marcação de uma reunião bilateral entre o ACM,I.P. e a ANQEP, para que todos os constrangimentos pudessem ser esclarecidos. Relativamente à recolha de informação acerca dos dados étnico-raciais, o Sr. Alto-comissário sugeriu que a representante da Direção-geral da Educação (DGE), Lina Varela, partilhasse a sua experiência no que diz respeito à recolha destes dados, em ocasiões anteriores.-----  
A conselheira Lina Varela informou que a DGE fez esse percurso em 2016-2017 juntamente com o ACM,I.P., e que segundo as informações que tem, desde 2018 já não se torna obrigatório fazer o pedido à Comissão Nacional da Proteção de Dados, para recolha destes dados. Cada entidade tem um sector responsável pela proteção de dados, em conformidade



com o que antes se fazia diretamente com a Comissão Nacional da Proteção de Dados, e apenas em caso de dúvida se solicita a ajuda desta comissão.-----

O Sr. Alto-comissário lembrou que todos os conselheiros estão salvaguardados pela existência de uma Resolução de Conselho de Ministros, que os mandata a todos a recolher esse tipo de informação, pela importância que esta ocupa no cumprimento dessa mesma Resolução de Conselho de Ministros.-----

Pedi a palavra a conselheira Ana Carla Assunção, representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., que se identificou com a dificuldade exposta pela entidade anterior, dizendo que sentem uma grande dificuldade em apurar quantos/as jovens ciganos/as participam nos programas de voluntariado, visto os dados não estarem desagregados à etnia.--

O Sr. Alto-comissário lembrou que existem três características que têm que estar salvaguardadas para a recolha de dados ser feita: existir um consentimento informado do próprio; os dados recolhidos têm que ser anonimizáveis; a informação recolhida tem que ter um objetivo claro e estar orientada por algum tipo de política pública. Sendo que a terceira característica está garantida, no sentido em que todos os conselheiros estão mandatados para recolher estas informações, além de que existem metas que exigem a recolha destes dados para serem cumpridas, apenas tem que se garantir as primeiras duas características. A conselheira Lina Varela, da DGE, partilhou que no caso das escolas, a recolha dos dados étnico-raciais foi feita através de questionário dirigido aos diretores das escolas, que identificaram quantos alunos ciganos frequentavam o agrupamento de escolas/escola através do seu próprio conhecimento da comunidade educativa.-----

O Sr. Alto-comissário reforçou que é neste equilíbrio que se deve agir, porque estes dados são efetivamente necessários para a execução da ENICC.-----

Pedi a palavra o conselheiro Bruno Gonçalves, referindo-se à intervenção da conselheira Ana Carla Assunção, dizendo que as associações ciganas poderão ajudar neste sentido, desde que sejam informados da abertura destes programas de voluntariado, por exemplo. Referiu que normalmente não lhes chega a informação de que estão a decorrer estes programas, e que muitos jovens ciganos poderiam estar interessados a participar nos mesmos. Desta forma seria também facilitada a informação de quantos jovens ciganos/as estariam inscritos nos mesmos.-

A conselheira Mariana Bettencourt, representante do Governo Regional da Madeira, informou que a comunidade cigana na Região Autónoma da Madeira (RAM) tem cerca de 70 pessoas e que se encontram bem integradas na sociedade regional. Referiu ainda que está a ser realizado um inquérito para conhecer melhor esta comunidade, nomeadamente, quem são, onde vivem, quais as suas habilitações literárias e idades. Solicitou ainda que fosse ministrada uma ação de sensibilização, formação sobre a etnia/comunidade cigana aos/às técnicos/as dos núcleos locais de inserção da RAM.-----

O Sr. Alto-comissário disponibilizou os técnicos do NACI para executar esta formação.-----

Antes de passar ao ponto quatro da ordem de trabalho, apresentação do Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, o Sr. Alto-comissário lembrou



que o prazo para o reporte da execução da ENICC no terceiro trimestre é até dia quatro de novembro, reforçando a importância do cumprimento deste prazo.-----

O Sr. Alto-comissário introduziu o ponto quatro, explicando que em dois mil e dezassete, o ACM, I.P. conseguiu a aprovação de um projeto junto da Comissão Europeia para a conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas. Foram recebidas cinquenta e cinco manifestações de interesse por parte de municípios, prevendo a candidatura a aprovação de apenas dez planos municipais, ainda que se tenha conseguido a aprovação de catorze candidaturas. Enquanto circulava o exemplar do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas da Figueira da Foz, os técnicos do NACI, Francisco Azul e Liliana Moreira iniciaram a apresentação do Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (em anexo).-----

Após o término da apresentação, pediu a palavra o conselheiro Francisco Monteiro, perguntando se existe alguma relação entre os PLICC e o trabalho desenvolvido pelos LERI (Local Engagement for Roma Inclusion) da FRA (European Union Agency for Fundamental Rights).-----

A técnica do NACI, Liliana Moreira, informou que foi consultado um relatório publicado pela FRA, e ainda que em termos de procedimentos técnicos possa haver algumas diferenças, as metodologias predominantemente participativas, que implicavam o envolvimento direto das pessoas ciganas na construção destes planos, permite perceber que existe uma sintonia total entre o trabalho desenvolvido pela FRA e os PLICC.-----

O Sr. Alto-comissário complementou esta ideia referindo que os planos surgiram da necessidade de introdução de metodologias/planeamento estratégico no tratamento dos problemas territoriais. Como exemplo de um mau planeamento estratégico, o Sr. Alto-comissário referiu um bairro com dois quilómetros quadrados, onde, em dois mil e quatro, operavam cinquenta e seis organizações com comunidades ciganas, ficando visível a falta de um modelo integrado de gestão, em que milhões de euros estavam confinados a um território mínimo.-----

Estes planos pretendem dar ao local o que é do local, ou seja, se existe um organismo local que tem essa superintendência, que são os municípios, compete a estes coordenar, ordenar e agregar valor. Referiu ainda que estes planos são compatíveis de serem disseminados por vários municípios, pois em termos de custo, o desenvolvimento de cada plano, não ultrapassou os quatro mil euros.-----

Pediu a palavra o conselheiro Bruno Gonçalves, realçando a importância destes PLICC, pois através do diagnóstico e da apresentação dos próprios planos, são desmistificados vários estereótipos associados às comunidades ciganas. Ainda que sejam planos muito heterogéneos, e que cada município tenha que ter em conta as particularidades das comunidades ciganas que nele habitam, estes planos criam compromisso, o que se revela de grande importância.-----



A conselheira Mariana Bettencourt questionou que se seria possível aplicar estes planos na totalidade da Região Autónoma da Madeira, considerando a pequena Comunidade Cigana existente, ao invés de os circunscrever a cada um dos Municípios.-----

O Sr. Alto-comissário referiu que estes planos podem ser bem-sucedidos em várias escalas, quer ao nível das freguesias, quer ao nível regional.-----

O conselheiro Bruno Gonçalves expôs que tem que haver uma atenção às diferenciações dentro das próprias comunidades ciganas, sendo necessárias diferentes abordagens de acordo com o público-alvo.-----

A conselheira Olga Freire mencionou que em Portugal existem freguesias com uma grande dimensão, e que, tal como na Maia que contém um Plano para Integração das Comunidades Ciganas no âmbito do Contrato Local de Segurança, seria de grande importância divulgar-se estes planos por todas as freguesias, para que se pudessem replicar também os PLICC.-----

O Sr. Alto-comissário informou que até ao final da semana seria enviado o Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas a todos os/as conselheiros/as, para que possam divulgar também.-----

A conselheira Sónia Matos questionou, quais as consequências para os municípios que não cumpram com os Planos que conceberam. Esta questão surge no âmbito de um contacto feito por uma técnica de Moura, que pediu o auxílio da associação AMUCIP para desenvolver o trabalho com a comunidade cigana, sendo que em dois mil e seis, já esta associação havia trabalhado com a população cigana de Moura, e os problemas habitacionais que existiam na altura, mantém-se atualmente.-----

O Sr. Alto-comissário respondeu dizendo que não pode garantir que esses planos sejam concretizados, ainda que se possa verificar que os 14 municípios estejam comprometidos com o plano que conceberam, existindo municípios que já iniciaram a execução destes planos. Sugeriu ainda que se convidassem estes municípios a apresentarem a execução dos seus planos, nas reuniões do CONCIG, ao longo dos próximos anos, para que de alguma forma se possa verificar o desenvolvimento do trabalho executado.-----

A conselheira Sónia Matos retomou a palavra, partilhando uma auscultação que ocorreu em Évora, em que o tema foi a habitação não clássica, tendo sido das primeiras vezes que a comunidade cigana que vive nestas condições teve a oportunidade de falar na primeira pessoa sobre os seus próprios problemas habitacionais. No momento, esta comunidade já foi retirada do sítio onde habitava, sem que o seu problema tenha sido resolvido. A conselheira Sónia Matos sublinha que não se pode apenas identificar qual o problema, mas sim arranjar soluções para o mesmo.-----

O Sr. Alto-comissário referiu que o facto de os planos terem medidas de nível um e medidas de nível dois, permite que os autarcas fiquem salvaguardados, no sentido de que não tendo os meios para concretizar os planos na totalidade, poderão não conseguir atingir os objetivos propostos.-----





Acrescentou ainda que o ACM, I.P. está a trabalhar para que no próximo quadro comunitário existam fundos para as comunidades ciganas, quer a nível europeu, participando através da Rede EURoma, onde se trata sobretudo de fundos, quer internamente a trabalhar com os ministérios competentes para que no próximo quadro comunitário existam programas específicos para as comunidades ciganas. Se estas metas se alcançarem, estes municípios que já têm um plano elaborado, ficam numa boa posição para acederem a estes fundos.-----

O conselheiro Bruno Gonçalves afirma que existem medidas que não necessitam de financiamento para serem desenvolvidas, e que com o apoio das associações ciganas e outras instituições, facilmente serão executadas.-----

Antes de passar ao ponto cinco, o Sr. Alto-comissário informou que o NACI estará disponível para fazer esta apresentação, nos locais onde os conselheiros/as considerarem adequado.-----

Passou-se assim ao ponto cinco, Outros assuntos, em que a técnica do NACI Teresa Vieira e a Diretora do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade do ACM, I.P., Luísa Malhó apresentaram os resultados finais da 3ª edição do programa OPRE, os resultados iniciais do programa Roma Educa e a iniciativa Círculos de Fala de Mulheres Ciganas (apresentações em anexo).-----

Tomou a palavra posteriormente a conselheira Mirna Montenegro, que apresentou um projeto de Erasmus+, que informou ter tido uma reunião, do tipo "Focus Group", com o Programa Erasmus + na qual foram identificadas algumas causas para a fraca participação de pessoas ciganas nestes projetos de deslocação ao estrangeiro, entre as quais dificuldades em adiantar verbas para deslocações e garantir que os jovens e as jovens fossem acompanhadas por mediadores/as ciganos/as. A conselheira sugeriu uma parceria entre Erasmus+ e ACM,I.P., para que estas dificuldades sejam atenuadas.-----

O Sr. Alto-comissário sugeriu que se realizasse uma reunião entre a equipa do Erasmus+ e a equipa do ACM,I.P., de forma a discutir-se este assunto.-----

A conselheira Mariana Bettencourt partilhou que a Câmara Municipal de Santa Cruz tomou a decisão de encerrar o espaço de mercado onde a comunidade cigana tem os seus negócios, por falta de pagamentos. Ainda que tenham havido várias reuniões e compromissos de pagamento, estes nunca foram executados. Esta conselheira perguntou de forma poderia resolver este problema.-----

A conselheira Sónia Matos perguntou se o pagamento é feito ao mês, e sendo a resposta afirmativa, aconselhou a que o pagamento seja feito ao dia, pois para as comunidades ciganas, os pagamentos mensais tornam-se mais difíceis de se concretizarem.-----

O conselheiro Bruno Gonçalves anunciou que no dia vinte e quatro de outubro, pelas vinte e uma horas, seria exibido no canal Roma TV (projeto PAAC) o documentário "Olha mas não te esqueças" sobre um grupo de ciganos portugueses que visitaram os campos de concentração de Auschwitz-Birkenau.-----



O Sr. Alto-comissário sugeriu que a próxima reunião do CONCIG se realizasse no dia seis de dezembro às onze horas. Perguntou ainda se os conselheiros pretendiam debater algum tema específico na próxima reunião do CONCIG.-----

A conselheira Mariana Bettencourt perguntou se poderia trazer consigo um/a vereador/a de Santa Cruz.-----

Luísa Malhó sugeriu que existisse uma reunião bilateral entre a equipa do NACI e este/a vereador/a, pois o regulamento não permite observadores nas reuniões do CONCIG.-----

Em comum acordo, a próxima reunião do CONCIG ficou marcada para dia seis de dezembro às onze horas, em que será apresentado o Programa ROMED.-----

Ainda antes do encerramento da reunião a conselheira Sónia Matos pediu que fosse dado apoio para transportes às mulheres ciganas que acompanha no Seixal e que frequentam a escola através do Centro Qualifica.-----

O Sr. Alto-comissário disponibilizou-se a conhecer estas mulheres e este projeto.-----

A conselheira Cristina Duarte disponibilizou-se a participar também nessa reunião, uma vez que a ANQEP é a responsável pelo Centro Qualifica.-----

Antes de dar por terminada a reunião, o Sr. Alto-comissário reforçou o convite para o evento musical que aconteceria à tarde, no mesmo auditório, Diego el Gavi e Musica Portuguesa a Gostar Dela Própria.-----

Deu-se assim por terminada a reunião.-----